

Egon Bockmann Moreira

# DIREITO DAS CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

Concessões, parcerias,  
permissões e autorizações

3ª edição revista, ampliada e atualizada

Área específica  
DIREITO ADMINISTRATIVO.

Área afins do livro  
DIREITO ECONÔMICO; DIREITO  
CONSTITUCIONAL.

Plavras-chave  
SERVIÇO PÚBLICO; CONTRATO ADMINISTRATIVO;  
LICITAÇÃO; CONCESSÃO DE SERVIÇO  
PÚBLICO; PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO;  
AUTORIZAÇÃO; ARBITRAGEM.

FORMATO: 17 × 24 cm  
CÓDIGO: 3592

Egon Bockmann Moreira

## DIREITO DAS CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

Concessões, parcerias,  
permissões e autorizações

3ª edição revista, ampliada e atualizada

FORUM

Esta 3ª edição do *Direito das Concessões de Serviço Público* representa um novo livro, totalmente revisado, atualizado e aumentado. O seu eixo central persiste a Lei nº 8.987/1995, a Lei Geral de Concessões, bastante atento a todas as demais espécies de parcerias. Examina o ciclo de vida integral de tais contratos (concepção, licitação, execução e encerramento do contrato), com especial atenção nas exigências práticas.

A 3ª edição desenvolveu temas específicos originalmente positivados na Lei nº 14.133/2021, a Lei Geral de Licitações, cujo artigo 186 prevê sua aplicação subsidiária às concessões e parcerias público-privadas. Isso com enfoque sobranceiro nos métodos adequados de solução de controvérsias.

O livro é indispensável para quem deseja estudar e conhecer as concessões brasileiras, bem como para aqueles que atuam profissionalmente nesses contratos tão relevantes

M838d      Moreira, Egon Bockmann  
Direito das concessões de serviço público: concessões, parcerias, permissões e autorizações / Egon Bockmann Moreira. -- 3. ed. rev. ampl. e atual. --. Belo Horizonte: Fórum, 2024.  
494p. 17x24cm

ISBN impresso 978-65-5518-865-3  
ISBN digital 978-65-5518-864-6

1. Serviço público. 2. Contrato administrativo. 3. Licitação. 4. Concessão de serviço público. 5. Permissão de serviço público. 6. Autorização. 7. Arbitragem. I. Título.

CDD: 342  
CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MOREIRA, Egon Bockmann. *Direito das concessões de serviço público: concessões, parcerias, permissões e autorizações*. 3. ed. rev. ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 494p. ISBN 978-65-5518-865-3.

### **Egon Bockmann Moreira**

Professor Titular de Direito Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Pós-Doutor em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Doutor e Mestre em Direito do Estado pela UFPR. Pós-graduado em Regulação Econômica e Concorrência (CEDIPRE – Universidade de Coimbra) e em Mediação (PON – Harvard Law School e Strauss Institute – Pepperdine Law School). Professor Associado Visitante da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2022/2024). Foi professor visitante nos programas de pós-graduação, mestrado e doutorado da Universidade de Lisboa (2011), da Faculdade de Direito da USP (2018) e da Escola de Direito da FGV-RJ (2018). Advogado, parecerista e árbitro. É o diretor da *Revista de Direito Público da Economia* – RDPE e integra a coluna Publicistas, do site JOTA.

APRESENTAÇÃO À 3ª EDIÇÃO	
<b>Egon Bockmann Moreira</b> .....	11
APRESENTAÇÃO À 2ª EDIÇÃO	
<b>Egon Bockmann Moreira</b> .....	13
APRESENTAÇÃO À 1ª EDIÇÃO	
<b>Egon Bockmann Moreira</b> .....	15
CAPÍTULO I	
NOÇÕES PRELIMINARES .....	19
§1 Programa Nacional de Desestatização – PND.....	19
§2 Desestatização e privatização substancial.....	20
§3 Privatização substancial <i>versus</i> concessões e permissões .....	23
§4 Concessões de serviços e/ou de obras públicas.....	24
§5 Concessões, permissões e fim lucrativo .....	26
§6 Fim lucrativo, direitos e deveres dos usuários .....	29
§7 Concessão de serviços públicos e segurança jurídica.....	32
§8 Segurança jurídica e mutabilidade dos contratos de concessão .....	35
§9 Normas gerais de licitação e contratação .....	43
§9-A Normas gerais de licitação e contratação e a Lei nº 14.133/2021.....	45
§10 Constituição, art. 175, e serviços públicos.....	48
§11 Normas legais pertinentes.....	51
§12 Cláusulas contratuais .....	54
§13 Autorizações e serviços públicos.....	58
CAPÍTULO II	
A ESTRUTURA JURÍDICA DA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO.....	69
§14 Definições legais, seus efeitos e limites .....	69
§15 O concedente .....	70
§16 O concedente e a Administração indireta .....	74
§16-A O concedente e pessoas jurídicas de direito privado .....	75
§17 O concedente e “convênios de serviço público” .....	78
§18 O concedente e “consórcios públicos” .....	81
§19 Concessão de serviço público e suas definições.....	84
§20 Concessão de serviço público: relação jurídica unitária e complexa .....	86
§20-A Concessão de serviço público: objeto, conteúdo e partes .....	93
§21 Concessão de serviço público e modalidades de licitação.....	98
§21-A Concessão de serviço público e o “diálogo competitivo” .....	100
§21-B Concessão de serviço público e tipos de licitação.....	102
§21-C Emenda Constitucional nº 113/2021 e o pagamento de outorga com precatórios .....	105
§22 Concessão de serviço público a pessoa jurídica, consórcio de empresas e Sociedades de Propósito Específico – SPEs.....	110
§23 Capacidade para desempenho “por sua conta e risco” .....	115
§23-A A matriz de alocação de riscos: conceito, eventos desafiadores e excepcional revisão .....	129
§24 Riscos na concessão, variáveis endógenas e exógenas .....	137
§25 Concessão de serviço público, “prazo determinado” e prorrogações .....	141
§25-A A prorrogação antecipada e relicitação .....	146
§26 Concessão de obra pública .....	150
§27 Concessão de obra pública e “direitos reais administrativos” .....	154
§28 Concessão de serviço público precedida de obra pública .....	162

§29	Siglas anglo-saxônicas: DBFOT, BOT, ROT e BOO.....	164
§30	Concessões comuns e <i>project finance</i> .....	166
§31	Remuneração e amortização .....	169
§32	Permissão de serviço público.....	173
CAPÍTULO III		
A FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO.....		179
§33	Fiscalização e os deveres do “Estado de Garantia” .....	179
§34	O concedente “responsável pela delegação” .....	183
§34-A	Fiscalização e aplicação subsidiária da Lei nº 14.133/2021 .....	184
§35	Fiscalização formal e fiscalização substancial .....	185
§36	Fiscalização versus poder de polícia.....	186
§37	Fiscalização e relação administrativa especial.....	189
§38	Fiscalizar implica punir?.....	192
§39	Fiscalização, polícia administrativa e terceiros .....	194
§40	Fiscalização e “cruzamento” de competências: dever de cooperação interorgânica e as “decisões coordenadas” .....	195
§40-A	Fiscalização, competências e governança.....	198
§41	Modalidades de fiscalização: as quatro ordens previstas em lei e seus desdobramentos.....	201
§42	Fiscalização e cooperação dos usuários e concessionário .....	207
§43	Fiscalização e mutabilidade contratual .....	210
§44	Fiscalização e devido processo legal.....	212
§45	Fiscalização, custos e fontes .....	213
§46	Fiscalização, custos e “taxa de fiscalização” .....	216
§47	Fiscalização, custos e “taxa regulatória” .....	223
§48	Fiscalização, custos e equilíbrio econômico-financeiro.....	225
§49	Quem fiscaliza o fiscal?.....	226
CAPÍTULO IV		
A FORMALIZAÇÃO DA CONCESSÃO.....		231
§50	Concessão de serviço público e sua formalização jurídica: perfeição, validade e eficácia .....	231
§51	Formalização e esclarecimentos ao edital .....	233
§52	Contrato de concessão: lei, normas pertinentes, edital e proposta.....	236
CAPÍTULO V		
A PUBLICIDADE DO ATO JUSTIFICADOR .....		239
§53	Concessão comum e o mérito do projeto .....	239
§53-A	Vantagens socioeconômicas e financeiras: o <i>Value for Money</i> – VfM do projeto concessionário .....	241
§54	Conveniência e oportunidade da outorga: publicidade e debate prévios .....	243
§55	Caracterização do objeto, área e prazo .....	246
§56	Publicidade do ato justificador: consequências jurídicas .....	247
CAPÍTULO VI		
O SERVIÇO ADEQUADO.....		249
§57	Princípios da Lei Geral de Concessões .....	249
§58	Serviço adequado e as “Leis de Rolland” .....	252
§59	Serviço adequado como o pressuposto .....	253
§60	Serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários.....	254
§61	Serviço adequado conforme a Lei Geral, as normas pertinentes e o contrato... ..	257
§62	Serviço adequado: regular, contínuo, eficiente, seguro, atual, geral e cortês ....	259
§63	Serviço adequado, atualidade tecnológica e universalização .....	263
§64	Serviço adequado e modicidade tarifária .....	267
§65	Interrupção devido a razões de emergência, de ordem técnica e de segurança	269
§66	Interrupção devido a inadimplemento do usuário.....	270
§67	Interrupção e direito de greve.....	275

CAPÍTULO VII	
A RELAÇÃO JURÍDICA NAS CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO .....	279
§68 Relação jurídica concessionária .....	279
§69 Relações jurídicas multilaterais .....	282
§70 Relação jurídica concessionária: direitos, deveres e obrigações .....	284
§71 Direito subjetivo público à prestação do serviço .....	287
§72 Deveres, obrigações e demais posições passivas dos usuários .....	297
§73 Natureza e regime jurídico dos contratos de prestação .....	302
§74 Código de Defesa do Consumidor e prestação do serviço .....	303
§75 Direito à informação para defesa de direitos .....	309
§76 Direito à liberdade de escolha do prestador e situações de monopólio .....	310
§77 Obrigação de informar irregularidades ao concedente e à concessionária .....	312
§78 Obrigação de informar ilicitudes .....	313
§79 Obrigação de colaborar com as boas condições dos bens .....	314
CAPÍTULO VIII	
O DIREITO À ESCOLHA DA DATA DO VENCIMENTO .....	315
§80 Direito do usuário à escolha do dia de vencimento .....	315
CAPÍTULO IX	
A POLÍTICA TARIFÁRIA .....	317
§81 Concessão de serviço público e política tarifária .....	317
§82 Concessão de serviço público e remuneração tarifária .....	321
§83 Princípios econômicos fundamentais das tarifas .....	323
§84 Fixação da tarifa ótima: nível e estrutura tarifária .....	324
§85 Remuneração tarifária: lucro e situações de mercado concorrencial, monopólios naturais e exclusividades .....	327
§86 Tarifa, preços equitativos e desagregação .....	332
§87 Remuneração e “cestas tarifárias” .....	334
§88 Estrutura tarifária e discriminação de tarifas .....	336
§89 Piso tarifário e “tarifas mínimas” .....	337
§90 Tarifa e direito intertemporal .....	338
§91 Tarifa e serviços públicos alternativos e gratuitos .....	340
§92 Remuneração tarifária e efetiva disponibilidade do serviço .....	342
§93 Reajuste e revisão tarifária .....	344
§94 Revisão tarifária, ROR e IPC-X .....	351
§95 Reajuste, revisão e variação dos índices .....	354
§96 Reajuste, revisão e expectativas inflacionárias .....	356
§97 Tarifa e impacto tributário .....	358
§98 Alteração unilateral e dever de reequilíbrio simultâneo .....	361
§98-A Alteração unilateral: requisitos de validade .....	365
§99 Alteração unilateral e alteração circunstancial .....	371
CAPÍTULO X	
AS CONDIÇÕES DO CONTRATO E SEU EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO .....	373
§100 Concessão e equilíbrio econômico-financeiro .....	373
§101 Valor Presente Líquido – VPL .....	376
§102 Taxa Interna de Retorno – TIR .....	379
§103 Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC .....	382
§104 Variações no equilíbrio: alterações circunstanciais .....	384
§104-A Alterações circunstanciais, consequências e respectivas soluções de reequilíbrio .....	387
§105 Equilíbrio, incompletude e capacidade de aprendizagem dos contratos .....	393
§106 Permissão e equilíbrio econômico-financeiro .....	396
CAPÍTULO XI	
RECEITA NÃO TARIFÁRIA .....	397
§107 Fontes secundárias de receitas .....	397
§108 Previsão contratual das receitas .....	399

§109	Concessões cruzadas de obras e/ou serviços, “câmaras de compensação” e “projetos associados” .....	400
§110	Fontes desmaterializadas: os “créditos de carbono” .....	402
§111	Prazo dos contratos das fontes secundárias .....	403
CAPÍTULO XII		
TARIFAS DIFERENCIADAS.....		405
§112	Tarifas diferenciadas e princípio da isonomia.....	405
§113	Tarifas progressivas .....	406
CAPÍTULO XIII		
INTERVENÇÃO NA CONCESSÃO .....		409
§114	O motivo e a finalidade da competência interventiva .....	409
§115	Os contratos de concessão e a intervenção.....	411
§116	A intervenção e o devido processo administrativo .....	412
§117	A intervenção e o dever de respeito à motivação .....	414
§118	A intervenção e o dever de respeito à sua finalidade típica.....	415
§119	A intervenção, o interventor e suas competências.....	416
§120	A intervenção e o dever de respeito à LINDB .....	417
§121	A intervenção e os seus prazos .....	418
§121-A	A intervenção, sua extinção e consequências .....	419
CAPÍTULO XIV		
A EXTINÇÃO DA CONCESSÃO.....		421
§122	O ciclo de vida dos contratos de concessão: a importância da extinção.....	421
§123	As categorias de extinção contratual .....	422
§124	Encampação: conceito e lógica.....	424
§125	Encampação: cinco requisitos de validade.....	427
§126	Caducidade: conceito, lógica, requisitos e consequências.....	431
§127	Rescisão, anulação, falência e demais modos de extinção.....	434
§128	Extinção, amortização e bens reversíveis .....	437
§129	Extinção e métodos adequados de solução conflitos.....	440
REFERÊNCIAS.....		445
ANEXO		
LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995.....		477
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....		491